

Sumário

Capítulo I ► DIREITO TRIBUTÁRIO	27
1. Definição	27
2. Relação com outros ramos do direito	28
3. Atividade financeira do Estado	29
4. Fontes do direito tributário	30
4.1. Constituição	31
4.2. Lei complementar	32
4.3. Lei ordinária	34
4.3.1. Iniciativa de lei em matéria tributária	34
4.3.2. Atos do Poder Executivo federal majoradores de alíquotas de tributos	35
4.4. Lei delegada	36
4.5. Medida provisória	37
4.6. Tratado internacional	37
4.7. Decreto legislativo	38
4.8. Convênio	39
4.9. Norma regulamentar	39
4.10. Norma complementar	40
4.11. Efeitos decorrentes da observância às normas complementares	41
5. Legislação tributária	42
 Capítulo II ► TRIBUTO	 43
1. Definição	43
1.1. Natureza jurídica	44
1.2. Denominação	45
1.3. Destinação	46
1.4. Características dos tributos quanto à sua finalidade	46
1.5. Classificações relevantes de tributo	47
2. Tipologia	53
2.1. Imposto	54
2.2. Taxa	55
2.2.1. Conceito	55
2.2.2. Vedação de base de cálculo idêntica à de impostos	58
2.2.3. Tipologia das taxas	59
2.2.4. Taxa decorrente da prestação de serviço público	59

2.2.5. Distinção entre taxa e preço público	61
2.2.6. Custas e emolumentos	62
2.2.7. Taxa relativa ao exercício regular do poder de polícia	63
2.3. Contribuição de melhoria	64
2.4. Empréstimo compulsório	67
2.5. Contribuições especiais.....	68
2.6. Pedágio.....	69
Capítulo III ► PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	71
1. Definição	71
2. Princípios constitucionais gerais	71
3. Princípios constitucionais tributários expressos	72
3.1. Capacidade contributiva	74
3.2. Legalidade	74
3.2.1. Conteúdo do princípio da legalidade	74
3.2.2. Exceções ao princípio da legalidade.....	76
3.3. Isonomia	77
3.4. Irretroatividade	77
3.4.1. Normas tributárias retroativas	78
3.5. Anterioridade	80
3.5.1. Exceções ao princípio da anterioridade	81
3.5.2. Distinção do princípio da anualidade	82
3.6. Anterioridade nonagesimal.....	82
3.7. Vedação ao confisco	84
3.8. Não limitação ao tráfego de pessoas e bens.....	85
3.9. Transparência	86
3.10. Uniformidade geográfica	86
3.11. Não discriminação em razão da procedência ou do destino	87
3.12. Novos princípios do sistema tributário nacional.....	87
4. Outros princípios relevantes.....	88
4.1. Tipicidade tributária.....	88
4.2. “Non olet”	88
4.3. Proporcionalidade.....	89
4.4. Federalismo	90
4.5. Simetria	90
4.6. Discriminação das competências tributárias.....	90
4.7. Responsabilidade fiscal.....	91
4.8. Não surpresa.....	91
4.9. Direito adquirido.....	91
5. Princípios constitucionais específicos a certos impostos.....	92

Capítulo IV ► SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....	93
1. Competência tributária	93
2. Capacidade tributária ativa	94
2.1. Atribuição delegável.....	95
2.2. Atribuição não legislativa	95
2.3. Privilégios processuais.....	95
2.4. Atribuição revogável	97
2.5. Atribuição a pessoa jurídica de direito privado	97
3. Tipologia da competência tributária.....	98
3.1. Competência comum.....	98
3.2. Competência privativa	98
3.3. Competência cumulativa	99
3.4. Competência residual	99
3.5. Competência extraordinária	100
3.5.1. Iminência ou guerra externa	100
3.5.2. Impostos.....	100
3.5.3. Compreendidos ou não na competência da União	101
3.5.4. Supressão gradual	101
4. Atribuição constitucional de competências tributárias	101
5. Limitações constitucionais ao poder de tributar	102
5.1. Princípios constitucionais tributários.....	103
5.2. Imunidades.....	103
5.3. Limitações infraconstitucionais ao poder de tributar	103
6. Normas gerais de direito tributário	103
7. Repartição de receitas tributárias.....	105
7.1. Sistemática de repartição	107
7.1.1. Receitas não repartidas.....	107
7.1.2. Repartição direta	108
7.1.3. Repartição indireta	111
7.2. Controles complementares	115
Capítulo V ► IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	117
1. Definição	117
2. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência	118
2.1. Não incidência	118
2.2. Não incidência constitucionalmente qualificada	119
2.3. Isenção	119
2.4. “Isenção constitucional”	119
3. Tipologia das imunidades	119
3.1. Imunidades genéricas e específicas	120
3.2. Imunidades excludentes e incisivas	120
3.3. Imunidades subjetivas e objetivas	121

3.4. Imunidades explícitas e implícitas	123
3.5. Imunidades incondicionadas e condicionadas.....	123
4. Imunidades em espécie	124
4.1. Imunidade recíproca	124
4.1.1. Extensão da imunidade recíproca	126
4.1.2. Restrições ao alcance da imunidade recíproca	126
4.2. Imunidade religiosa.....	129
4.3. Imunidades genéricas	130
4.3.1. Imunidade dos partidos políticos e de suas fundações.....	131
4.3.2. Imunidade das entidades sindicais dos trabalhadores	131
4.3.3. Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	131
4.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel de sua impressão	133
4.5. Imunidade das músicas nacionais	134
4.6. Imunidades de taxas e de contribuições	135
4.6.1. Imunidade de taxas	135
4.6.2. Imunidade de contribuições	136
4.7. Imunidades específicas aos impostos	137
4.7.1. Imposto sobre Produtos Industrializados	137
4.7.2. Imposto Territorial Rural.....	137
4.7.3. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	137
4.7.4. Imposto sobre Serviços	137
4.7.5. Imposto sobre Transmissão “inter vivos” de Bens Imóveis	138
4.7.6. Tributação exclusiva.....	138
4.7.7. Quaisquer impostos	139
Capítulo VI ► VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	141
1. Validade	141
2. Vigência	141
2.1. Vigência espacial.....	142
2.2. Vigência temporal	142
3. Eficácia	144
3.1. Conceitos gerais	144
3.2. Restrições constitucionais	145
3.2.1. Princípio da anterioridade	146
3.2.2. Princípio da anterioridade nonagesimal.....	147
4. Aplicação	148
4.1. Aplicação imediata.....	149
4.2. Aplicação retroativa	149
4.2.1. Retroatividade da lei interpretativa	150
4.2.2. Retroatividade benigna	151

Capítulo VII ► INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	153
1. Interpretação	153
1.1. Interpretação literal.....	155
1.2. Interpretação benigna.....	155
1.3. Utilização de institutos, conceitos, formas e princípios gerais do direito privado	156
2. Integração.....	157
2.1. Analogia	158
2.2. Princípios gerais de direito tributário	158
2.3. Princípios gerais de direito público.....	159
2.4. Equidade	160
Capítulo VIII ► OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	163
1. Definição e natureza jurídica	163
1.1. Conceitos gerais	163
1.2. Natureza jurídica “ex lege”	164
2. Obrigação principal	165
3. Obrigação acessória	165
3.1. Mitigação do princípio da reserva legal.....	166
3.2. Natureza jurídica da obrigação acessória	167
3.3. “Conversão” em obrigação principal	167
4. Fato gerador.....	168
4.1. Momento da ocorrência do fato gerador	168
4.2. Norma geral antielisão.....	170
4.3. Negócios jurídicos condicionais	172
4.4. Princípio do “non olet”	173
4.5. Presunções, indícios e ficções	174
5. Tipologia da sujeição	175
5.1. Sujeito ativo.....	175
5.1.1. Conceitos gerais.....	175
5.1.2. Desmembramento territorial do ente tributante.....	176
5.2. Sujeito passivo	176
5.2.1. Sujeito passivo da obrigação principal	177
5.2.2. Não oposição de convenções particulares contra o fisco	178
6. Solidariedade	179
6.1. Benefício de ordem.....	180
6.2. Efeitos da solidariedade.....	181
7. Capacidade passiva	181
8. Domicílio tributário	183
Capítulo IX ► RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	185
1. Definição.....	185
2. Tipologia da responsabilidade tributária.....	186

2.1. Gradação da responsabilidade tributária	187
2.2. Substituição tributária	188
2.2.1. Substituição tributária “para frente”	188
2.2.2. Substituição tributária “para trás”	190
3. Responsabilidade tributária no CTN	191
3.1. Responsabilidade por sucessão	191
3.1.1. Adquirente de bem imóvel.....	192
3.1.2. Adquirente ou remitente de bem móvel	194
3.1.3. Sucessão “causa mortis”	194
3.1.4. Sucessão empresarial.....	197
3.1.5. Sucessão de fundo de comércio ou de estabelecimento.....	199
3.2. Responsabilidade de terceiros.....	202
3.2.1. Responsabilidade subsidiária.....	203
3.2.2. Responsabilidade pessoal	203
3.2.3. Responsabilidade pessoal dos sócios.....	205
3.3. Responsabilidade por infrações	207
Capítulo X ► LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	209
1. Definição e natureza jurídica	209
1.1. Competência privativa	209
1.2. Procedimento administrativo.....	210
1.3. Verificação da ocorrência do fato gerador	211
1.4. Determinação da matéria tributável	211
1.5. Cálculo do montante do tributo devido	211
1.6. Identificação do sujeito passivo	211
1.7. Aplicação da penalidade cabível.....	211
1.8. Atividade vinculada e obrigatória	212
1.9. Expressão monetária do lançamento.....	212
2. Legislação aplicável.....	212
2.1. Retroatividade benigna.....	213
2.2. Regras procedimentais	214
2.3. Impostos lançados por período certo de tempo.....	214
3. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento	215
4. Modalidades de lançamento	216
4.1. Lançamento de ofício.....	217
4.1.1. Arbitramento.....	218
4.1.2. Auto de infração	219
4.2. Lançamento por declaração	219
4.2.1. Conceitos gerais.....	219
4.2.2. Distinção entre lançamentos: por homologação e por declaração	220
4.3. Lançamento por homologação.....	221
4.4. Crédito constituído sem lançamento	222

5. Hipóteses de alteração do lançamento	223
Capítulo XI ► CRÉDITO TRIBUTÁRIO	225
1. Definição	225
2. Natureza jurídica: as teorias monista e dualista	225
3. Autonomia	226
4. Constituição definitiva	226
4.1. Lançamento regularmente notificado	226
4.2. Julgamento definitivo das objecções que impedem a exigibilidade do crédito adminis- trativo	227
5. Exigibilidade	228
Capítulo XII ► SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	231
SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	231
1. Modalidades	231
1.1. Conceitos gerais	231
1.2. Cumprimento de obrigações acessórias	232
2. Moratória	232
2.1. Definição	232
2.2. Reserva de lei	233
2.3. Classificação	233
2.3.1. Moratória em carácter geral	233
2.3.2. Moratória em carácter individual	234
2.4. Requisitos	235
2.5. Créditos abrangidos	235
2.6. Vedação à concessão do benefício	235
3. Depósito do montante integral	236
3.1. Depósito judicial	236
3.2. Depósito recursal	237
4. Reclamações e recursos no processo administrativo tributário	238
5. Parcelamento	239
6. Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada	241
Capítulo XIII ► EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	243
1. Modalidades de extinção	243
2. Pagamento	245
2.1. Local e tempo	245
2.2. Desconto	246
2.3. Mora	246
2.4. Meios de pagamento	246
2.5. Imputação de pagamento	247
3. Homologação do pagamento antecipado	248
4. Prazos extintivos do crédito tributário	249

4.1. Conceitos gerais	249
4.2. Prescrição e decadência no direito privado	250
4.3. Prescrição e decadência no CTN	253
5. Decadência	253
5.1. Conceito	253
5.2. Contagem do prazo decadencial	253
5.2.1. Primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado	254
5.2.2. Da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento	254
5.2.3. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado	255
5.2.4. Da data do fato gerador, para os tributos sujeitos a homologação	256
5.2.5. Prazos decadenciais para os tributos sujeitos a homologação do lançamento..	257
6. Prescrição	257
6.1. Conceito	257
6.2. Início do prazo de prescrição	258
6.3. Interrupção do prazo prescricional	259
6.3.1. Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	260
6.3.2. Protesto	260
6.3.3. Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor	260
6.3.4. Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor	261
6.4. Suspensão do prazo prescricional	261
6.4.1. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário	261
6.4.2. Anulação, por motivo de dolo ou simulação, de moratória, parcelamento, remissão, isenção e anistia concedidos em caráter individual	262
6.5. Casos de suspensão do prazo prescricional inaplicáveis em matéria tributária	263
6.5.1. A inscrição do crédito tributário em dívida ativa	264
6.5.2. A suspensão do prazo prescricional na nova Lei de Falências	264
6.6. Prescrição intercorrente	265
6.6.1. Prescrição intercorrente no processo administrativo	265
6.6.2. Prescrição intercorrente no processo executivo fiscal	265
7. Compensação	266
7.1. Conceitos gerais	266
7.2. Regimes constitucionais específicos de compensação	269
7.2.1. Impostos não cumulativos	269
7.2.2. Precatórios judiciais	269
7.2.3. Vedação à compensação	269
8. Transação	270
9. Remissão	271
9.1. Limitações à remissão	271

9.2. Hipóteses de cabimento	273
9.3. Anulação da remissão concedida	273
10. Dação em pagamento em bens imóveis	274
11. Conversão de depósito em renda	275
12. Consignação em pagamento	276
13. Decisão administrativa irreformável	277
14. Decisão judicial passada em julgado	278
15. Modalidades de extinção não previstas no CTN	279
15.1. Confusão	279
15.2. Impossibilidade de cumprimento da obrigação	279
15.3. Novação	280
Capítulo XIV ► REPETIÇÃO DO INDÉBITO	281
1. Definição e natureza jurídica	281
2. Hipóteses de restituição	282
3. Restituição de tributos indiretos	282
3.1. Conceitos gerais	282
3.2. Critério identificador da repercussão	284
4. Restituição dos acréscimos legais	284
4.1. Juros sobre o indébito	284
4.2. Atualização monetária do indébito	285
5. Restituição na substituição tributária “para frente”	286
6. Extinção do direito à restituição	286
6.1. Conceitos gerais	286
6.2. Prazo para anular ato administrativo denegatório	287
6.3. Restituição de tributos inconstitucionais	290
7. Restituição de débitos prescritos	291
8. Restituição de IRRF	291
Capítulo XV ► EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	293
1. Definição	293
1.1. Cumprimento de obrigações acessórias	294
1.2. Limitações às leis instituidoras de benefícios fiscais	294
1.2.1. Limitações constitucionais	294
1.2.2. Limitação de Responsabilidade Fiscal	297
2. Isenção	299
2.1. Definição e natureza jurídica	299
2.2. Isenção e princípios constitucionais tributários	299
2.2.1. Isenção e isonomia	299
2.2.2. Isenção e uniformidade geográfica	300
2.3. Tipologia	300
2.3.1. Conceitos doutrinários	300

2.3.2. Isenção em caráter individual.....	301
2.3.3. Isenção “por contrato”	302
2.4. Caráter não extensivo da isenção	303
2.5. Revogabilidade.....	303
2.5.1. Conceitos gerais.....	303
2.5.2. Revogação e princípio da anterioridade	305
2.6. Distinção de outros institutos.....	306
2.6.1. Distinção da não incidência.....	306
2.6.2. Distinção da imunidade.....	306
2.6.3. Distinção da “alíquota zero”	306
2.6.4. Distinção da “isenção constitucional”	307
3. Anistia.....	307
3.1. Definição e natureza jurídica	307
3.2. Vedação à concessão.....	308
3.3. Tipologia	309
3.3.1. Anistia em caráter geral	309
3.3.2. Anistia em caráter limitado	309
Capítulo XVI ► GARANTIAS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	311
1. Garantias	311
1.1. Responsabilidade patrimonial	312
1.2. Bens impenhoráveis por determinação legal	312
1.3. Presunção relativa de fraude	314
1.4. Indisponibilidade de bens e direitos	316
2. Preferências	317
2.1. Preferência geral do crédito tributário	317
2.2. Preferência em caso de falência	318
2.2.1. Créditos extraconcursais	318
2.2.2. Multas tributárias.....	320
2.3. Inventário, arrolamento, liquidação de pessoa jurídica.....	321
2.4. Não sujeição a concurso e a habilitação	321
2.4.1. Conceitos gerais.....	321
2.4.2. Penhora de bens.....	323
2.5. Concurso de preferências.....	323
2.6. Quitação.....	324
Capítulo XVII ► ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	327
1. Introdução	327
2. Fiscalização.....	327
2.1. Alcance.....	328
2.2. Limites aos poderes da fiscalização	328
2.2.1. Inviolabilidade do estabelecimento	329

2.2.2. Sigilo de correspondência	330
2.2.3. Direito ao silêncio	330
2.2.4. Constrição oblíqua para o pagamento de tributos	330
2.3. Conservação dos livros de interesse da fiscalização	331
2.4. Termo de início de ação fiscal	331
2.4.1. Consequências da lavratura	331
2.4.2. Prazo máximo para conclusão da fiscalização.....	332
2.5. Intimações escritas.....	332
2.5.1. Dever de informar	332
2.5.2. Sigilo bancário.....	333
2.6. Permuta de informações entre Fazendas Públicas	334
2.6.1. Prova emprestada	334
2.6.2. Permuta internacional de informações.....	335
2.7. Requisição de forças públicas	335
3. Sigilo tributário.....	336
3.1. Ressalvas ao sigilo tributário.....	336
3.2. Não submissão ao sigilo tributário.....	337
3.3. Sigilo bancário	338
4. Dívida ativa.....	339
4.1. Definição	339
4.2. Consequências da inscrição em dívida ativa	339
4.2.1. Exequibilidade.....	340
4.2.2. Presunção de certeza e liquidez.....	341
4.2.3. Não suspensão do prazo prescricional.....	341
4.3. Requisitos da certidão de dívida ativa	342
5. Certidão negativa	343
5.1. Prazo para expedição.....	344
5.2. Certidão positiva com efeito de negativa	344
5.3. Certidão expedida com dolo ou fraude	344
6. Disposições finais do CTN.....	345
Capítulo XVIII ► INFRAÇÕES E DELITOS TRIBUTÁRIOS	347
1. Tipologia das infrações tributárias	347
2. Direito tributário penal e direito penal tributário	348
3. Tipologia das sanções tributárias	348
3.1. Interpretação benigna das sanções tributárias	349
3.2. Limite à imposição de penalidades pecuniárias.....	350
4. Responsabilidade por infrações tributárias.....	350
4.1. Responsabilidade pessoal do agente.....	351
4.2. Denúncia espontânea.....	352
4.2.1. Observações sobre a denúncia espontânea	353
5. Delitos tributários.....	355

5.1. Tipologia dos delitos tributários	356
5.1.1. Crimes contra a ordem tributária praticados por particulares.....	356
5.1.2. Crimes contra a ordem tributária praticados por funcionários públicos	359
5.1.3. Apropriação indébita previdenciária	359
5.1.4. Sonegação de contribuição previdenciária.....	361
5.2. Extinção da punibilidade.....	362
5.2.1. Lei 10.684/2003	362
5.3. Inexigibilidade de conduta diversa	364
5.4. Princípio da insignificância.....	364
5.5. Condição objetiva de punibilidade.....	365
5.6. Inadmissibilidade de denúncia genérica.....	366
Capítulo XIX ► IMPOSTOS FEDERAIS.....	367
1. Imposto de importação	367
1.1. Fato gerador.....	367
1.2. Contribuintes e responsáveis	368
1.3. Base de cálculo	368
1.4. Alíquotas	369
1.5. Lançamento	370
1.6. Extrafiscalidade	370
1.7. Tributação exclusiva	371
2. Imposto de exportação.....	371
2.1. Fato gerador.....	371
2.2. Contribuintes e responsáveis	371
2.3. Base de cálculo	371
2.4. Alíquotas.....	372
2.5. Lançamento	373
2.6. Extrafiscalidade	373
2.7. Tributação exclusiva	374
3. Imposto de renda	374
3.1. Fato gerador.....	374
3.2. Contribuintes e responsáveis	377
3.3. Base de cálculo	377
3.4. Alíquotas.....	378
3.5. Lançamento	378
4. Imposto sobre produtos industrializados	379
4.1. Fato gerador.....	379
4.2. Contribuintes e responsáveis	380
4.3. Base de cálculo	381
4.4. Alíquotas.....	381
4.5. Lançamento	382
4.6. Não cumulatividade	382

4.7. Extrafiscalidade	383
4.8. Imunidade	383
5. Imposto sobre operações financeiras.....	383
5.1. Fato gerador.....	383
5.1.1. Operações de crédito	384
5.1.2. Operações de câmbio.....	384
5.1.3. Operações de seguro.....	385
5.1.4. Operações relativas a títulos e valores mobiliários	385
5.2. Contribuintes e responsáveis	385
5.3. Base de cálculo	385
5.4. Alíquotas	386
5.5. Lançamento	386
5.6. Extrafiscalidade	386
5.7. Imunidade	386
6. Imposto sobre a propriedade territorial rural	387
6.1. Fato gerador.....	387
6.2. Contribuintes e responsáveis	387
6.3. Base de cálculo	388
6.4. Alíquotas.....	389
6.5. Lançamento	389
6.6. Extrafiscalidade	389
6.7. Imunidade	389
7. Imposto sobre grandes fortunas	390
8. Impostos residuais.....	390
9. Imposto Seletivo.....	391
Capítulo XX ► IMPOSTOS ESTADUAIS.....	393
1. Imposto sobre a transmissão “causa mortis” e doação	393
1.1. Fato gerador.....	393
1.2. Competência.....	394
1.3. Contribuintes e responsáveis	396
1.4. Base de cálculo	397
1.5. Alíquotas.....	397
1.6. Lançamento	398
1.7. Extrafiscalidade	398
1.8. Imunidade	399
2. Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interes-	
tadual, intermunicipal e de comunicação.....	399
2.1. Fato gerador.....	399
2.1.1. Conceitos gerais.....	399
2.1.2. Incidência na importação	400
2.1.3. Mercadorias fornecidas com serviços não tributáveis pelo ISS	401

2.1.4. Incidência unifásica sobre combustíveis e lubrificantes	401
2.1.5. Outros casos específicos	402
2.2. Contribuintes e responsáveis	404
2.3. Base de cálculo	404
2.4. Não cumulatividade	406
2.5. Alíquotas	407
2.5.1. Alíquotas interestaduais e de exportação	408
2.5.2. Alíquotas máximas e mínimas	409
2.5.3. Alíquotas internas e interestaduais	409
2.5.4. Alíquotas para consumidor final de outro estado	409
2.5.5. Destinação da diferença de alíquotas	409
2.6. Lançamento	410
2.7. Extrafiscalidade	410
2.8. Imunidade	411
2.9. Competência da lei complementar sobre ICMS	413
2.10. Convênios de ICMS	414
3. Imposto sobre propriedade de veículos automotores	415
3.1. Fato gerador	415
3.2. Contribuintes e responsáveis	417
3.3. Base de cálculo	417
3.4. Alíquotas	418
3.5. Extrafiscalidade	419
3.6. Imunidade	419
Capítulo XXI ► IMPOSTOS MUNICIPAIS	421
1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	421
1.1. Fato gerador	421
1.1.1. Propriedade	421
1.1.2. Domínio útil	422
1.1.3. Posse	422
1.1.4. Bem imóvel por natureza ou acessão física	422
1.1.5. Zona urbana	423
1.1.6. Natureza do imposto	424
1.2. Contribuintes e responsáveis	424
1.2.1. Contribuintes	424
1.2.2. Responsáveis	425
1.3. Base de cálculo	426
1.4. Alíquotas	426
1.5. Lançamento	428
1.6. Extrafiscalidade	429
1.6.1. Direito ambiental tributário	430
1.6.2. IPTU-sanção	430

1.7. Imunidade	430
2. Imposto sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis.....	431
2.1. Competência.....	431
2.2. Fato gerador.....	431
2.3. Contribuintes e responsáveis	433
2.4. Base de cálculo	434
2.5. Alíquotas	435
2.6. Lançamento	435
2.7. Extrafiscalidade	435
2.8. Imunidade	435
3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza	436
3.1. Competência.....	436
3.2. Fato gerador.....	438
3.2.1. Lista de serviços tributáveis.....	438
3.2.2. Serviço tributável.....	439
3.2.3. Não incidência.....	442
3.3. Contribuintes e responsáveis	442
3.4. Base de cálculo	443
3.5. Alíquotas	444
3.6. Lançamento	445
3.7. Extrafiscalidade	445
3.8. Imunidade	445
4. Impostos distritais e controle concentrado de constitucionalidade	446
Capítulo XXII ► IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS.....	447
1. Competência.....	447
2. Fato gerador.....	447
3. Contribuintes e responsáveis	447
4. Base de cálculo	448
5. Não cumulatividade	448
6. Alíquotas.....	449
7. Alíquota zero na contratação pública.....	450
8. Lançamento	450
9. “Cashback”	450
10. Extrafiscalidade	451
11. Imunidade.....	451
12. Vedação a incentivos e benefícios.....	451
13. Competência da lei complementar sobre IBS.....	452
14. Comitê Gestor do IBS.....	454
Capítulo XXIII ► CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	457
1. Conceitos gerais	457

2. Contribuições para custeio da seguridade social	459
2.1. Contribuições sociais do art. 195 da Constituição	460
2.1.1. Contribuições sociais do empregador e equiparados	462
2.1.2. Contribuições sociais do trabalhador e segurados	464
2.1.3. Contribuições sociais de concursos de prognósticos	465
2.1.4. Contribuições sociais do importador e equiparados	465
2.1.5. Contribuição sobre resultado da produção	465
2.2. Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)	465
2.3. Regras constitucionais das contribuições sociais	469
2.3.1. Anterioridade nonagesimal	469
2.3.2. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social	469
2.3.3. Diferenciação de alíquotas e bases de cálculo	470
2.3.4. Vedação de remissão e anistia	470
2.3.5. Não cumulatividade	470
3. Contribuição social do salário educação	470
4. Contribuições ao PIS/Pasep	471
5. Contribuições ao “Sistema S”	472
6. Contribuições sociais residuais	473
7. Contribuições de intervenção no domínio econômico	474
8. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas	475
9. Contribuição para custeio do regime próprio de previdência dos servidores públicos	476
10. Contribuição para custeio de iluminação pública e de Monitoramento de Ruas	477

Capítulo XXIV ► SIMPLES NACIONAL 481

1. Introdução	481
2. Principais implicações na tributação	482
2.1. Alcance da norma	482
2.2. Conceito de microempresa e empresa de pequeno porte	482
2.3. Instâncias gestoras	484
2.4. Instituição do Simples Nacional	485
2.5. Vedações à opção pelo Simples Nacional	486
2.6. Alíquotas, base de cálculo e recolhimento	488
2.7. Obrigações acessórias	488
2.8. Exclusão do Simples Nacional	489
2.9. Fiscalização	490
2.10. Processo administrativo e judicial	490

Capítulo XXV ► REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2023 493

1. Características Principais	493
2. Sistema “Dual”	494
3. Equalização de Regras IBS/CBS	494
4. Regimes Diferenciados de Tributação	496

5. Fluxo de Transição dos Tributos.....	497
6. Alíquotas de Referência no Período 2027-2033.....	499
7. Fundo Nacional de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais.....	501
8. Distribuição de Recursos do IBS (2029-2077)	503
REFERÊNCIAS	505